

**ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA
CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA,
REALIZADA NO DIA DEZASSETE DE
JANEIRO DE DOIS MIL E VINTE E
QUATRO / SEXAGÉSIMA REUNIÃO DE
CÂMARA DO MANDATO 2021/2025.**

Aos dezassete dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e quatro, pelas quinze horas, na Sala de reuniões do Edifício Alexandre Herculano, reuniu a Câmara Municipal de Évora.

Estiveram presentes:

Presidente: Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá
Vereadores: Bárbara Cristina Lopes Morais da Cruz Tita
Henrique Eva Ferreira Carvalho Sim-Sim
Alexandre Manuel Rosa Varela
João Leocádio Correia Ricardo
Florbela da Luz Descalço Fernandes
Patrícia José Correia Raposinho

A reunião foi presidida por, Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá, Presidente da Câmara Municipal de Évora, e secretariada por Elisabete Matos Neves, Coordenadora de Unidade de Administração Geral.

I - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Ao iniciar a reunião **o senhor Presidente** cumprimentou os senhores Vereadores, funcionários e público presente e informou que os senhores Vereadores José Calixto e Lurdes Nico, não iriam estar presentes na reunião, mas faziam-se substituir pelos senhores Vereadores Bárbara Tita e João Ricardo, respetivamente. Neste sentido, solicitou a justificação das respetivas faltas as quais, por consenso de todos os Eleitos, foram devidamente justificadas.

De seguida, perguntou se havia alguma questão sobre a Ordem do Dia. Não havendo sugestões deu continuidade à reunião.

A). – Proposta de aprovação das atas número 16 de 16/08/2023, número 24 (extraordinária) de 29/11/2023.

Tendo o texto das atas sido previamente distribuído entre todos os membros do Executivo foi deliberada a dispensa da sua leitura, nos termos do disposto no Artigo quarto do Decreto-Lei número quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de novembro de mil novecentos e sessenta e três. As referidas atas foram aprovadas por unanimidade, não tendo participado na deliberação da ata número **15 os senhores Vereadores Alexandre Varela, Lurdes Nico e Henrique Sim-Sim. Na ata número 17 os senhores Vereadores João Simões e Lurdes Nico e na ata nº 18 os senhores Vereadores João Simões e Bárbara Tita**, por não terem estado presentes nas reuniões a que elas respeitam, nos termos do nº 3 do artigo 34º do



Novo Código Procedimento Administrativo (NCPA) aprovado em anexo ao Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro.

B). – Administração Regional de Saúde | Processos de Expropriação de Terrenos de Acesso ao Hospital.

O senhor Presidente comunicou a receção de uma carta da Administração Regional de Saúde, recebida a 28 de dezembro passado, informando que tinha sido contactada pelo Ministério da Coesão, com a indicação de que o processo de expropriação dos terrenos, para os acessos ao novo Hospital, deveria ser tratado pela Câmara Municipal, o que causou grande surpresa, uma vez que essa questão sempre foi da responsabilidade do governo e consta claramente do Protocolo que foi assinado entre a Câmara Municipal e o Governo. Ainda que manifestando a surpresa, o senhor Presidente informou que a Câmara Municipal se disponibilizava a colaborar nesse processo, para não se perder ainda tempo, tendo esta decisão de contar, obviamente, com o aval dos senhores vereadores, e implicará que a Câmara Municipal terá de ser ressarcida pelos custos, referentes ao processo, estimados em 450 mil euros. **O senhor Presidente** lamentou mais este atraso da responsabilidade do Governo e destacou a necessidade de se desencadear a tomada de posse administrativa dos terrenos da forma mais célere possível, porque só com estes se poderá lançar o concurso para a obra dos acessos que se estava a aguardar.

A senhora Vereadora Bárbara Tita questiona os motivos e em que base foi efetuado o orçamento. Relativamente à posse administrativa, refere que será necessária uma declaração de utilidade pública, pelo que considera que isso também deverá ser questionado pela câmara municipal, pois, neste momento, o governo poderá não ter competências para a realizar. Por último, salienta o facto de, anteriormente à carta rececionada, já existir uma entidade contratada ou semicontratada para efetuar estas expropriações, pelo que solicita o ponto de situação

O senhor Vereador Henrique Sim-Sim cumprimentou o senhor Presidente, os senhores vereadores, funcionários, público presente e todos os munícipes, que assistem à reunião. Menciona que esta carta fundamenta a preocupação que têm vindo a levantar há um conjunto de meses, nomeadamente o facto de não estar especificamente definida a forma de funcionamento do protocolo e da transferência de dinheiro para o município. Evidencia que o valor inscrito no protocolo é distinto do referido e reitera a sua preocupação com a definição do procedimento, devido ao facto de serem valores muito elevados para a tesouraria, logo poderão afetar o desenvolvimento da atividade do município e o pagamento a fornecedores.

A senhora Vereadora Florbela Fernandes cumprimentou, também, o senhor Presidente, os senhores vereadores, funcionários, público presente e todos os munícipes, que assistem à reunião e afirma ser de lamentar, este tipo de situação e questiona porquê só agora e se houve algo que tenha motivado a realização dessa avaliação jurídica, uma vez que sempre se assumiu que seria o próprio governo, através da ARS, naturalmente, a proceder às expropriações dos terrenos necessários para se poder avançar com as obras. Apresenta, assim, a sua concordância com as palavras do vereador Henrique Sim-Sim ao referir que não vislumbra capacidade financeira para o município assumir, sendo estas responsabilidades do governo. Refere que deverá acautelar-se não só esta diferença de valores, que já foi referenciada, mas também as questões da inflação, ou seja, acautelar que o procedimento seja efetuado, mas que o dinheiro esteja, primeiramente, na tesouraria do município. Acrescenta que se existe uma incapacidade do Estado, para a concretização de uma obra, trata-se de um problema que deverá ser gerido pelo governo e não transferido para a câmara, pelo que só votará a favor qualquer protocolo que não lese os interesses dos munícipes de Évora.

O senhor Presidente esclarece que o processo deveria, desde o início, ter sido completo, ou seja, quem constrói o Hospital, constrói as infraestruturas, como acontece em qualquer urbanização, pelo que sempre estranhou que esta componente de infraestruturas de acessos e das redes de água e saneamento terem passado para o município, mas afirmou não ser pela Câmara Municipal que a situação seria travada e colocada em causa a construção e funcionamento do hospital, pelo que, de imediato, marcou reunião com a ARS, já realizada, e se está a receber os documentos em posse da ARS.

Relativamente ao valor, o inicial de € 700.000, que consta do Protocolo, foi indicado por uma primeira avaliação efetuada no âmbito do Ministério da Saúde, mas após a avaliação realizada mais recentemente por um perito, devidamente credenciado pela autoridade tributária, o valor atribuído foi de 450 mil euros, valor que tem de ser entregue à Câmara Municipal para que o processo possa avançar.

Para a execução da obra, incluindo o lançamento do concurso, salienta só ver a possibilidade de ter que se tomar posse administrativa dos terrenos, o que poderá significar algum litígio com os proprietários, no entanto, naturalmente, os custos terão de ser assegurados pelo governo, ainda que transferidos para o município.

Quanto à declaração de utilidade pública, trata-se de um processo que decorre deste procedimento habitual, o que significa que haverá necessidade de alterar o Protocolo, porque, ao assumir esta questão, terá de ficar escrito que aquela responsabilidade do Governo passa agora para o Município e que os custos serão financiados a 100% pelo Governo, evitando assim o esforço da tesouraria que obrigaria a retirar verbas de outras necessidades do concelho e da população. Acrescenta, ainda, que irá dar conhecimento aos vereadores, sobre estas matérias, à medida que forem decorrendo.

C). – Constrangimentos no Hospital do Espírito Santo e Helicóptero do INEM.

O senhor Vereador Henrique Sim-Sim mencionou ter reunido com o Conselho de Administração do Hospital do Espírito Santo, para revelar a sua preocupação e tentar recolher informação sobre os constrangimentos que têm ocorrido e que se espera que sejam minimizados e que o Ministério da Saúde tome as devidas medidas.

Sobre o helicóptero do INEM, informou que o PSD fez chegar ao Presidente do Conselho de administração do INEM, a indignação com este ato administrativo mal-executado que resultou na perda do funcionamento do helicóptero à noite, o que poderá acarretar graves problemas para os municípios.

A senhora Vereadora Florbela Fernandes revela a sua preocupação com o facto de, provavelmente, Évora não voltar a ter helicóptero, resultante do concurso público que está a ser negociado com a empresa que fornece o serviço, das reivindicações dos trabalhadores, nomeadamente dos pilotos e do pessoal associado às VMER, uma vez que as equipas só querem realizar VMER com helicóptero. Consequentemente, quando o presidente do INEM refere que as VMER vão dar resposta, a senhor vereadora discorda, porque as equipas não querem e aquilo que está a ser definido é que dos cinco helicópteros noturnos, existentes no país, neste momento, passem a ser apenas três. Afirma ter conhecimento deste facto, não por fontes oficiais, mas partilha, assim, com todos. No entanto, salienta que a sua maior preocupação é com as VMER que estão obsoletas e sugere que, aí sim, o senhor Presidente insista junto do hospital e do INEM, uma vez que uns têm os meios de recursos humanos e outros têm os meios físicos.

O senhor Presidente afirmou ter falado com o senhor presidente do INEM, para lhe transmitir as preocupações e perguntar que garantias existiam de que a situação voltasse à normalidade, sendo que o mesmo afirmou que se tratava de um período transitório, pelo que refere ter registado a questão e comunica que continuará a acompanhá-la.

D). – Évora 2027 | Criação da Associação.

O senhor Presidente realizou uma breve explicação sobre a criação da Associação Évora 2027 e dos respetivos estatutos, informando que na próxima semana iria ocorrer uma reunião, onde estariam presentes o senhor Ministro da Cultura e a senhora Ministra da Coesão, para se tentar ultimar o processo. Este terá que ter, também, o aval consensualizado por parte da Comissão Executiva e, posteriormente, fá-lo-á chegar aos vereadores para análise. Recorda, ainda, que cada instituição possui os seus próprios procedimentos para adesão à Associação, sendo que no caso do Município de Évora terá que haver uma discussão, uma deliberação na Câmara e, posteriormente, da Assembleia Municipal.

O senhor Vereador Henrique Sim-Sim expôs a sua apreensão com esta ingerência do governo, numa iniciativa de natureza local, porém sabe-se que a Direção Regional de Cultura, ao ser integrada na CCDR, também cria alguma vacatura, para que possa entrar o ministério da cultura. No entanto, salienta que nomear o presidente e o diretor executivo, neste momento, também será excessivo.

Solicita que a reunião a realizar com os vereadores, a coordenadora da missão e o senhor Presidente, seja agendada, assim como partilhado o Plano de Ação para 2024, destacando ser importante para o respetivo acompanhamento.

O senhor Presidente responde que marcará a reunião tão breve quanto possível, esclarecendo que estão a aguardar a finalização da proposta de plano, para depois a poder apresentar à Câmara. Este também terá que ser trabalhado na própria Comissão Executiva da Capital Europeia da Cultura, sendo que já existe uma primeira versão do mesmo, em avaliação neste momento, pelo que, na próxima semana, deverão estar reunidas as condições para poder distribuir este documento, em conjunto com os estatutos, de modo a possibilitar a introdução de alterações.

E). – Processos Urbanísticos.

O senhor Presidente reiterou as questões afirmadas na reunião anterior, reconhecendo os atrasos, por parte dos serviços, relativamente a algumas respostas, ao longo destes processos, salientando que há questões de legalidade que não podem ser ultrapassadas sem estarem devidamente esclarecidas, pelo que é esse o trabalho que tem sido realizado, na generalidade dos projetos, e é isso que se procura resolver, sendo que posteriormente facultará uma informação mais cabal sobre os respetivos processos.

O senhor Vereador Henrique Sim-Sim volta a solicitar ao senhor Presidente a partilha da informação, que deveria ter sido facultada no início de dezembro sobre um conjunto de processos urbanísticos, ao que **o senhor Presidente** respondeu que iria enviar.

A senhora Vereadora Patrícia Raposinho afirmou pretender saber, em pormenor, quais são as questões de legalidade que ainda carecem de esclarecimentos.

O senhor Presidente referiu o exemplo da Avenida Rui Couto, em que o atual Plano de Urbanização, doravante designado por PU, prevê que aquele espaço seja para equipamento, sendo que os promotores pretendem transformá-lo num espaço para habitação, com base num estudo urbanístico que o PU admite, em determinadas circunstâncias. Acrescentou que, da parte da câmara, houve abertura para essa possibilidade, tendo proposto que fosse realizado esse estudo urbanístico. Este foi realizado, no entanto abrange apenas uma parte dos proprietários e não a totalidade, pelo que, para além do outro problema legal já citado, da alteração de uso do solo, há que avaliar se o estudo urbanístico pode alterar esse uso. Referiu, ainda, a possível identificação, num outro processo do centro histórico, da existência de quatro ou cinco unidades funcionais diferenciadas num determinado edifício. Acrescenta que não existe uma evidência da autonomia das quatro ou cinco unidades, pelo que é o que se tem procurado, tratando-se de exemplos de questões complexas, do ponto de vista da avaliação.

O senhor Vereador Henrique Sim-Sim solicita a partilha da informação, salientando ser importante para os promotores, que efetuam insistentemente as mesmas questões e informa que irá fazer-lhe chegar, também, um outro conjunto de questões sobre projetos e iniciativas pendentes.

F). – 100 Anos da Vila de S. Miguel de Machede e S. Manços | Dia 29 de dezembro.

O senhor Presidente assinalou as comemorações dos 100 anos das vilas de São Miguel de Machede e de São Manços, que ocorreram no passado dia 29 de dezembro, sendo que já foi aprovada uma saudação, acrescentando ter acompanhado essas comemorações e destacando a satisfação pelo centenário destas vilas do concelho.

G). – 1ª Viagem Teste do Troço Ferroviário Évora Norte/ Freixo

O senhor Presidente referenciou, ainda, o convite recebido para participar numa primeira viagem teste do comboio no troço da nova linha de Évora (Évora Norte – Freixo) onde constatou o estado da obra e teve oportunidade de se encontrar com os senhores presidente e vice-presidente da Infraestruturas de Portugal, doravante designada por IP, e de reiterar que aguardam a assinatura do protocolo, para que seja cumprida a possibilidade de intervir na reparação de vários caminhos, nomeadamente na zona da Garraia.


O senhor Vice-Presidente da IP referiu não ter conhecimento do protocolo, pelo que este deveria ter seguido para um outro departamento da IP, mas comprometeu-se a analisar o processo, para que pudesse ser resolvido com a maior brevidade possível. Aproveitou para recordar que existem troços atrasados, mas que a previsão de conclusão da linha está agendada para 2025.

O senhor Vereador Henrique Sim-Sim informou ter recebido a resposta à questão efetuada à IP, sobre a reparação do caminho 1090, tendo esta afirmado que não iriam proceder à mesma e passa a citar:

“Haverá algum equívoco no desenvolvimento desta matéria, uma vez que a estrada que identifica na sua exposição, a CM1090, não foi utilizada no decorrer da empreitada ferroviária, nesse seguimento, compreenderá que não iremos desenvolver qualquer iniciativa na via, tratando-se de assunto da exclusiva responsabilidade do município de Évora”.

Mencionou estar bastante surpreendido com esta resposta, face à informação que tem sido prestada pelo senhor Presidente, relativamente ao possível protocolo entre a IP e o município.

Destacou o facto de ter ocorrido um incêndio, e os bombeiros não terem conseguido chegar ao local, precisamente devido à intervenção que ocorreu no desvio, criado ao cimo do viaduto, além de o pavimento continuar bastante degradado, e ainda não terem acesso a transportes públicos, pelo que revela a preocupação com o estado de abandono da localidade da Garraia.




Para finalizar, questiona se o senhor presidente possui alguma informação concreta sobre a questão da plataforma logística e se houve desenvolvimentos.

O senhor Presidente referiu não ter conhecimento dessa resposta, uma vez que não foi essa a informação facultada pelo Vice-presidente da IP, pelo que irá voltar a contactá-lo.

Relativamente à questão dos Bombeiros menciona ser evidente que ter-se-á de encontrar uma solução para que estes possam chegar aos locais, onde haja essa necessidade e, inclusivamente, procurar-se-á, junto dos mesmos, resolver algumas questões de segurança naquela área.

Quanto aos transportes públicos, comunica já ter sido esclarecido que não estão previstos, face à baixa utilização, pelo que se prevê que haja um apoio às famílias que tenham necessidade de transporte a este nível, porque também se verificou o incumprimento dos requisitos para a possibilidade do transporte a pedido, mas refere que estão a ser tomadas as devidas medidas para que as famílias com essas necessidades, já identificadas, possam usufruir de apoios para as consultas e outro tipo de deslocações necessárias.

O senhor Vereador Henrique Sim-Sim reitera a urgência do acesso aos Bombeiros, uma vez que, neste momento, estes realizam o percurso em sentido contrário ao trânsito, pois a sinalização, que foi desenvolvida pela associação, está, precisamente, no local oposto, pelo que solicita que sejam tomadas as devidas diligências.

A senhora Vereadora Florbela Fernandes abordou também a questão do incêndio, pelo que reiterou a revisão da sinalética.

No que concerne à informação, facultada pelo senhor Vereador Henrique Sim-Sim, refere que o senhor Vice-Presidente aquando da reunião, com o município, assumiu o protocolo, pelo que sugere ao senhor Presidente que solicite uma resposta por escrito, para que não exista margem para dúvidas.

H). – Canto das Janeiras.

O senhor Presidente referenciou, ainda, o Canto das Janeiras, que reuniu dezassete grupos, que cantaram as Janeiras pela cidade, aproveitando para sublinhar a importância do evento que tem vindo a recuperar uma tradição cultural de Évora e agradeceu a significativa participação dos Grupos e de todos os que garantiram o evento.

I). – Visita de Embaixador do Irão a Évora.

Informou, ainda, da visita de cortesia do senhor Embaixador do Irão, que lhe transmitiu a vontade de fortalecer relações culturais e económicas com Portugal, e de ser realizada a geminação com uma cidade do Irão, ao que, o senhor Presidente, respondeu que seria uma questão a analisar numa fase mais avançada, após cooperação, colaboração e interesse de ambas as partes.

A senhora Vereadora Bárbara Tita questionou qual a motivação desta deslocação do senhor Embaixador do Irão nesta altura, ao que o senhor Presidente respondeu ser habitual o pedido de reuniões de embaixadores de vários países, pelo que, sempre que há possibilidade, esses pedidos são acolhidos, num quadro de relacionamento institucional normal. Acrescenta, ainda, ter tido conhecimento de que o senhor Embaixador visitou vários pontos do sul do país, tendo manifestado interesse em contactar, também, com a Universidade, questão essa que será naturalmente tratada com a mesma.

O senhor Vereador Henrique Sim-Sim revelou ter ficado surpreendido com esta visita, especialmente devido ao facto de o senhor Embaixador ter sido chamado ao Governo, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros precisamente para dar explicações sobre as graves violações de direitos humanos que têm ocorrido no Irão. Destaca o apoio que este país está a conceder a todos os grupos terroristas e a uma guerra que todos consideram ilegal e ilegítima e que tem sido, sistematicamente, condenado pela violação dos direitos humanos, pelo que expõe a sua preocupação com esta visita e com o facto de ser recebido no município sem serem facultadas essas notas. Neste sentido, apresenta a indisponibilidade do partido para um acordo de geminação com qualquer cidade do país, enquanto não forem cumpridos os direitos humanos e alterada a conduta violenta sobre o seu povo e de instigação ao terrorismo.

O senhor Presidente referiu receber todos os embaixadores, que solicitam reunião, que estejam acreditados em Portugal, ouvindo e transmitindo, sendo, por vezes, situações complicadas e de divergências, relativamente às políticas desses países. Salienta que, como é bem conhecido, os eleitos pela CDU não são neutros, relativamente a estas questões, contrariamente ficam preocupados, mas, institucionalmente, entendem que estes deverão ser recebidos e que poderão ter propostas interessantes, por isso os recebem.

O senhor Vereador Henrique Sim-Sim acrescentou, apenas, que propostas de natureza política, como um acordo de geminação, são para aproximar povos, governos e instituições, mas também são instrumentos políticos, precisamente para afirmar a discordância com determinadas práticas. Neste caso específico, as práticas que têm sido levadas a cabo, nos últimos anos, não se coadunam com os seus valores, pelo que destaca essa questão.

Neste contexto, **a senhora Vereadora Patrícia Raposinho** questionou se, também, tinha sido agendada reunião com a Embaixadora da Finlândia, aquando da sua visita em junho, que pretendia estabelecer uma parceria com a cidade de Oulu, e se, efetivamente, tinha sido concretizado algum tipo de trabalho.

O senhor Presidente lembrou a denúncia e condenação que fazem de tais práticas, em vários países e que, os eleitos pela CDU não confundem regimes políticos com Povos e informou que, em relação à Finlândia, estão a trabalhar com uma cidade, que é ou foi, capital europeia da cultura.

J). – Tomada de Posse da Associação Académica da Universidade de Évora.

O senhor Vereador Alexandre Varela cumprimentou o senhor Presidente, os senhores vereadores, funcionários, público presente e todos os munícipes, que assistem à reunião e, posteriormente, mencionou o trabalho realizado pela associação, reconhecida como Associação Juvenil, integrada no Conselho Municipal de Juventude, e destaca que a atual direção é, novamente, liderada por uma mulher, fazendo votos para que corra tudo pelo melhor, para a Associação Académica. Acrescenta que todas estas colaborações foram importantes e realça o papel de aproximação e de integração da universidade e a importância na vida da cidade e da região.

O senhor Vereador Henrique Sim-Sim afirmou subscrever, na íntegra, as palavras do senhor Vereador Alexandre Varela e reiterou o trabalho realizado por Henrique Gil, ao longo destes três anos, congratulando-o e felicitando a nova presidente, Ana Beatriz Calado, apresentando, assim, a disponibilidade para colaboração.



O senhor Vereador João Ricardo cumprimentou o senhor Presidente, os senhores vereadores, funcionários, público presente e todos os munícipes, que assistem à reunião e felicitou a nova direção da Associação de Estudantes da Universidade de Évora e, naturalmente, deixou o seu agradecimento à direção cessante, destacando serem estas associações que movimentam os nossos territórios e muitos voluntários.

A senhora Vereadora Patrícia Raposinho reforça o agradecimento ao trabalho de Henrique Gil e ao futuro trabalho de Beatriz Calado, afirmando serem motores para uma colaboração, corroborando a atitude do senhor Vereador Alexandre Varela ao referir serem uma cidade parceira e unida. Neste sentido, sugere, assim, o aumento do número de reuniões com os mesmos, de forma a proporcionar uma maior proximidade e a criação da correlação de projetos, não só com a universidade, mas com a própria associação académica, numa integração município e associação académica. Propõe, ainda, a ampliação da capacidade das residências universitárias na cidade e a promoção de uma política ativa de espaços públicos, vocacionados para este tipo de faixa de estudantes. Posto isto, afirma que, com a continuação deste trabalho, Évora é uma cidade que valoriza e trabalha ativamente para estes estudantes, e ao passar de palavras a ações certificar-se-ão disso.

A senhora Vereadora Florbela Fernandes refere a associação às felicitações, tendo enviado as mesmas à nova direção, por email, e faz votos para que o Henrique Gil tenha muito sucesso na sua vida futura.

K). – Diversos Votos de saudação.

O senhor Presidente, em nome dos eleitos da CDU, e em consensualização com os Vereadores da Coligação Mudar Com Confiança apresentou os seguintes votos:

Voto de Pesar pelo Falecimento do Dr. Manuel Virgílio Murta:

A Câmara Municipal de Évora expressa o seu pesar pelo falecimento, no dia 31 de dezembro de 2023, aos 71 anos de idade, do Dr. Manuel Virgílio Murta, médico do Serviço de Dermatologia do Hospital do Espírito Santo de Évora durante 37 anos e seu antigo diretor.

Foi um dos pioneiros na implementação da telemedicina na Região Alentejo, na década de 90, tendo trabalhado em estreita colaboração com os cuidados de saúde primários de toda a região do Alentejo e Algarve e acompanhado centenas de doentes ao longo da sua carreira.

Manteve atividade formativa como Médico Dermatologista e tutor do Mestrado Integrado em Medicina da Universidade do Algarve. Mesmo após a reforma, continuou a sua atividade assistencial no HESE, assegurando cuidados na área da dermatologia.

Foi uma figura destacada em todo o Alentejo, merecendo o reconhecimento dos seus pacientes e dos seus pares, por uma vida dedicada à defesa do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Saudação ao Internacional Sport Clube

A Câmara Municipal de Évora saúda o Internacional Sport Clube pela conquista Campeonato Distrital de Futsal Masculino no escalão de Juniores, na época 2023/2024.

Num jogo realizado no Pavilhão da Escola Secundária Gabriel Pereira, frente aos também eborenses Torregela Futsal, a equipa do Internacional somou a nona vitória em nove jogos disputados, somando mais um título ao seu já vasto palmarés, razão pela qual merece o reconhecimento municipal.

Os votos apresentados foram aprovados por unanimidade.